

Q1.

Texto CB1A1AAA

O Juca era da categoria das chamadas pessoas sensíveis, dessas a que tudo lhes toca e tange. Se a gente lhe perguntasse: “Como vais, Juca?”, ao que qualquer pessoa normal responderia “Bem, obrigado!” — com o Juca a coisa não era assim tão simples. Primeiro fazia uma cara de indecisão, depois um sorriso triste contrabalançado por um olhar heroicamente exultante, até que esse exame de consciência era cortado pela voz do interlocutor, que começava a falar chãmente em outras coisas, que, aliás, o Juca não estava ouvindo... Porque as pessoas sensíveis são as criaturas mais egoístas, mais coriáceas, mais impenetráveis do reino animal. Pois, meus amigos, da última vez que vi o Juca, o impasse continuava... E que impasse!

Estavam-lhe ministrando a extrema-unção. E, quando o sacerdote lhe fez a tremenda pergunta, chamando-o pelo nome: “Juca, queres arrepende-te dos teus pecados?”, vi que, na sua face devastada pela erosão da morte, a Dúvida começava a redesenhar, reanimando-a, aqueles seus trejeitos e caretas, numa espécie de ridícula ressurreição. E a resposta não foi “sim” nem “não”; seria acaso um “talvez”, se o padre não fosse tão compreensivo. Ou apressado. Despachou-o num átimo e absolvido.

Que fosse amolar os anjos lá no Céu!

E eu imagino o Juca a indagar, até hoje:

— Mas o senhor acha mesmo, sargento Gabriel, que ele poderia ter-me absolvido?

Mário Quintana Prosa & Verso Porto Alegre: Globo, 1978, p 65 (com adaptações)

Com relação às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto CB1A1AAA, julgue os itens a seguir.

O trecho “Que fosse amolar os anjos lá no Céu!” (R.22) expressa o que o padre havia dito no momento em que Juca morreu.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Q2.

Texto CB1A1AAA

Não sou de choro fácil a não ser quando descubro qualquer coisa muito interessante sobre ácido desoxirribonucleico. Ou quando acho uma carta que fale sobre a descoberta de um novo modelo para a estrutura do ácido desoxirribonucleico, uma carta que termine com “Muito amor, papai”. Francis Crick descobriu o desenho do DNA e escreveu a seu filho só para dizer que “nossa estrutura é muito bonita”. Estrutura, foi o que ele falou. Antes de despedir-se ainda disse: “Quando chegar em casa, vou te mostrar o modelo”. Não esqueça os dois pacotes de leite, passe para comprar pão, guarde o resto do dinheiro para seus caramelos e, quando

chegar, eu mostro a você o mecanismo copiador básico a partir do qual a vida vem da vida.

Não sou de choro fácil, mas um composto orgânico cujas moléculas contêm as instruções genéticas que coordenam o desenvolvimento e o funcionamento de todos os seres vivos me comove. Cromossomas me animam, ribossomas me espantam. A divisão celular não me deixa dormir, e olha que eu moro bem no meio das montanhas. De vez em quando vejo passarem os aviões, mas isso nunca acontece de madrugada — a noite se guarda toda para o infinito silêncio.

Acho que uma palavra é muito mais bonita do que uma carabina, mas não sei se vem ao caso. Nenhuma palavra quer ferir outras palavras: nem desoxirribonucleico, nem montanha, nem canção. Todos esses conceitos têm os seus sinônimos, veja só, ácido desoxirribonucleico e DNA são exatamente a mesma coisa, e os do resto das palavras você acha. É tudo uma questão de amor e prisma, por favor não abra os canhões. Que coisa mais linda esse ácido despenteado, caramba. Olhei com mais atenção o desenho da estrutura e descobri: a raça humana é toda brilho.

Matilde Campilho. Notícias escrivinhadas na beira da estrada. In: Jóquei. São Paulo: Editora 34, 2015, p. 26-7 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA, no qual a autora Matilde Campilho aborda a descoberta, em 1953, da estrutura da molécula do DNA, correalizada pelos cientistas James Watson e Francis Crick.

Pode-se inferir da ausência de aspas e do estilo característico do texto que a passagem “Não esqueça os dois pacotes de leite (...) a partir do qual a vida vem da vida” (R. 9 a 13) é uma extrapolação imaginativa da autora a partir da carta escrita por Francis Crick a seu filho.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio da ortografia oficial

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - PROCURADORIA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q3.

Os itens a seguir apresentam trechos adaptados de textos do sítio do TCE/PA. Julgue-os quanto à correção gramatical.

O Portal da Transparência do TCE/PA foi lançado, em maio de 2010, é um canal pelo qual a sociedade pode acompanhar a execução orçamentária e financeira deste tribunal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio dos mecanismos de coesão textual / Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciamento textual

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO I - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q4.

Texto CB1A1AAA

O Juca era da categoria das chamadas pessoas sensíveis, dessas a que tudo lhes toca e tange. Se a gente lhe perguntasse: “Como vais, Juca?”, ao que qualquer pessoa normal responderia “Bem, obrigado!” — com o Juca a coisa não era assim tão simples. Primeiro fazia uma cara de indecisão, depois um sorriso triste contrabalançado por um olhar heroicamente exultante, até que esse exame de consciência era cortado pela voz do interlocutor, que começava a falar chãmente em outras coisas, que, aliás, o Juca não estava ouvindo... Porque as pessoas sensíveis são as criaturas mais egoístas, mais coriáceas, mais impenetráveis do reino animal. Pois, meus amigos, da última vez que vi o Juca, o impasse continuava... E que impasse!

Estavam-lhe ministrando a extrema-unção. E, quando o sacerdote lhe fez a tremenda pergunta, chamando-o pelo nome: “Juca, queres arrependerte dos teus pecados?”, vi que, na sua face devastada pela erosão da morte, a Dúvida começava a redesenhar, reanimando-a, aqueles seus trejeitos e caretas, numa espécie de ridícula ressurreição. E a resposta não foi “sim” nem “não”; seria acaso um “talvez”, se o padre não fosse tão compreensivo. Ou apressado. Despachou-o num átimo e absolvido.

Que fosse amolar os anjos lá no Céu!

E eu imagino o Juca a indagar, até hoje:

— Mas o senhor acha mesmo, sargento Gabriel, que ele poderia ter-me absolvido?

Mário Quintana Prosa & Verso Porto Alegre: Globo, 1978, p 65 (com adaptações)

Ainda a respeito das estruturas linguísticas do texto CB1A1AAA, julgue os próximos itens.

Em “reanimando-a” (R.18), o pronome “a” refere-se a “Dúvida” (R.17).

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio dos mecanismos de coesão textual / Emprego de tempos e modos verbais

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO I - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q5.

O orgulho é a consciência (certa ou errônea) do nosso valor próprio; a vaidade é a consciência (certa ou errônea) da evidência do nosso valor aos olhos dos outros. Um homem pode ser orgulhoso sem ser vaidoso, pode ser a um tempo vaidoso e orgulhoso, pode ser — pois tal é a natureza humana — vaidoso sem ser orgulhoso. À primeira vista, é difícil compreender como podemos ter consciência da evidência do nosso valor no conceito dos outros sem a consciência do nosso valor em si. Se a natureza humana fosse racional, não haveria qualquer explicação. No entanto, o homem vive primeiro uma vida exterior, e depois uma vida interior; a noção do efeito precede, na evolução do espírito, a noção da causa interior desse mesmo efeito. O homem prefere ser tido em alta conta por aquilo que não é a ser tido em meia conta por aquilo que é. Assim opera a vaidade.

Walmir Ayala (Coord e introd) Fernando Pessoa
Antologia de Estética.

Teoria e Crítica Literária Rio de Janeiro: Ediouro, 1988, p 88-9 (com adaptações)
Acerca dos aspectos linguísticos do texto precedente e das ideias

nele contidas, julgue os próximos itens.

Na linha 15, a forma verbal “opera” foi empregada com o sentido de produz.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio da estrutura morfossintática do período / Emprego das classes de palavras

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO I - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q6.

Texto CB1A1AAA

O Juca era da categoria das chamadas pessoas sensíveis, dessas a que tudo lhes toca e tange. Se a gente lhe perguntasse: “Como vais, Juca?”, ao que qualquer pessoa normal responderia “Bem, obrigado!” — com o Juca a coisa não era assim tão simples. Primeiro fazia uma cara de indecisão, depois um sorriso triste contrabalançado por um olhar heroicamente exultante, até que esse exame de consciência era cortado pela voz do interlocutor, que começava a falar chãmente em outras coisas, que, aliás, o Juca não estava ouvindo... Porque as pessoas sensíveis são as criaturas mais egoístas, mais coriáceas, mais impenetráveis do reino animal. Pois, meus amigos, da última vez que vi o Juca, o impasse continuava... E que impasse!

Estavam-lhe ministrando a extrema-unção. E, quando o sacerdote lhe fez a tremenda pergunta, chamando-o pelo nome: “Juca, queres arrependerte dos teus pecados?”, vi que, na sua face devastada pela erosão da morte, a Dúvida começava a redesenhar, reanimando-a, aqueles seus trejeitos e caretas, numa espécie de ridícula ressurreição. E a resposta não foi “sim” nem “não”; seria acaso um “talvez”, se o padre não fosse tão compreensivo. Ou apressado. Despachou-o num átimo e absolvido.

Que fosse amolar os anjos lá no Céu!

E eu imagino o Juca a indagar, até hoje:

— Mas o senhor acha mesmo, sargento Gabriel, que ele poderia ter-me absolvido?

Mário Quintana Prosa & Verso Porto Alegre: Globo, 1978, p 65 (com adaptações)

Com relação às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto CB1A1AAA, julgue os itens a seguir.

É correto estabelecer a referência do pronome “que” (R.9) tanto com “voz do interlocutor” (R.8) quanto com “outras coisas” (R.9).

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio da estrutura morfossintática do período / Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO I - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q7.

O orgulho é a consciência (certa ou errônea) do nosso valor próprio; a vaidade é a consciência (certa ou errônea) da evidência do nosso valor aos olhos dos outros. Um homem pode ser orgulhoso sem ser vaidoso, pode ser a um tempo vaidoso e orgulhoso, pode ser — pois tal é a natureza humana — vaidoso sem ser orgulhoso. À primeira vista, é difícil compreender como podemos ter consciência da evidência do nosso valor no conceito dos outros sem a consciência do nosso valor em si. Se a natureza humana fosse racional, não haveria qualquer explicação. No entanto, o homem vive primeiro uma vida exterior, e depois uma vida interior; a noção do efeito precede, na evolução do espírito, a noção da causa interior desse mesmo efeito. O homem prefere ser tido em alta conta por aquilo que não é a ser tido em meia conta por aquilo que é. Assim opera a vaidade.

Walmir Ayala (Coord e introd) Fernando Pessoa
Antologia de Estética.

Teoria e Crítica Literária Rio de Janeiro: Ediouro, 1988, p 88-9 (com adaptações)
Acerca dos aspectos linguísticos do texto precedente e das ideias nele contidas, julgue os próximos itens.

Na linha 14, as expressões “por aquilo que não é” e “por aquilo que é” exprimem causa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio da estrutura morfossintática do período / Emprego dos sinais de pontuação

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q8.

Texto CB1A1BBB

O conceito de direitos humanos assenta em um bem conhecido conjunto de pressupostos, todos eles tipicamente ocidentais: existe uma natureza humana universal que pode ser conhecida racionalmente; a natureza humana é essencialmente diferente e superior à restante realidade; o indivíduo possui uma dignidade absoluta e irredutível que tem de ser defendida da sociedade ou do Estado; a autonomia do indivíduo exige que a sociedade esteja organizada de forma não hierárquica, como soma de indivíduos livres. Uma vez que todos esses pressupostos são claramente ocidentais e facilmente distinguíveis de outras concepções de dignidade humana em outras culturas, teremos de perguntar por que motivo a questão da universalidade dos direitos humanos se tornou tão acesamente debatida.

Boaventura de Sousa Santos. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. Internet: <www.dhnet.org.br> (com adaptações).

Acerca do texto CB1A1BBB e de seus aspectos linguísticos, julgue os itens que se seguem.

Os dois pontos empregados logo após “ocidentais” (R.3) introduzem uma explicação sobre o porquê de os pressupostos serem considerados tipicamente ocidentais.

- CERTO
 - ERRADO
-

Língua Portuguesa / Domínio da estrutura morfossintática do período / Concordância verbal e nominal

Fonte: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRAÇÃO / TCE/SC / 2016 / CESPE

Q9.

Texto CB2A2BBB

O fenômeno da corrupção, em virtude de sua complexidade e de seu potencial danoso à sociedade, exige, além de uma atuação repressiva, também uma ação preventiva do Estado. Portanto, é preciso estimular a integridade no serviço público, para que seus agentes sempre atuem, de fato, em prol do interesse público.

Entende-se que a integridade pública representa o estado ou condição de um órgão ou entidade pública que está "completa, inteira, perfeita, sã", no sentido de uma atuação que seja imaculada ou sem desvios, conforme as normas e valores públicos.

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a integridade é mais do que a ausência de corrupção, pois envolve aspectos positivos que, em última análise, influenciam os resultados da administração, e não apenas seus processos. Além disso, a OCDE compreende um sistema de integridade como um conjunto de arranjos institucionais, de gerenciamento, de controle e de regulamentações que visem à promoção da integridade e da transparência e à redução do risco de atitudes que violem os princípios éticos.

Nesse sentido, a gestão de integridade refere-se às atividades empreendidas para estimular e reforçar a integridade e também para prevenir a corrupção e outros desvios dentro de determinada organização.²⁵

Internet: <www.cgu.gov.br> (com adaptações).

Ainda com relação a aspectos linguísticos do texto CB2A2BBB, julgue os itens subsequentes.

A coesão e a correção gramatical do trecho "e à redução do risco de atitudes que violem os princípios éticos" (R. 20 e 21) seriam mantidas caso a forma verbal "violem" fosse flexionada no singular, passando, então, a concordância a restringir-se ao termo "risco".

- CERTO
- ERRADO

Língua Portuguesa / Domínio da estrutura morfossintática do período / Regência verbal e nominal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 17ª / 2014 / CESPE

Q10.

Trabalhar é condição essencial, não somente pela manutenção financeira, mas pela dignificação da vida. Trabalhar constitui uma parte importante da vida. E vai além do ganha-pão. Tem a ver com realização pessoal, com sentir-se útil e encontrar sentido para os dias. "A importância do trabalho na vida do ser humano vai muito além da satisfação de nossas necessidades básicas. O trabalho, por si só, é revelador da nossa humanidade, uma vez que possibilita a ação transformadora sobre a natureza e si mesmo. Além disso, a nossa capacidade inventiva e criadora é exteriorizada através do ofício que realizamos", afirma a psicóloga

organizacional Vanessa Rissi.

De outro lado, o fato de não trabalhar pode ter consequências negativas, que afetam a personalidade. “Em razão da centralidade que o trabalho ocupa em nossas vidas é que podemos compreender as consequências negativas do não trabalho, da inatividade. Um sujeito sem trabalho é impedido de se realizar como homem e cidadão, o que atinge sua dignidade”, salienta a psicóloga. Tão importante quanto desempenhar o seu ofício é gostar do que se faz. Quem realiza o seu trabalho sem estar contente com o que executa certamente não terá empenho e renderá menos, além de ficar propenso ao desenvolvimento da depressão. “Trabalhar sem sentir prazer é sinônimo de sofrimento e de adoecimento. Um trabalho que não for considerado gerador de bem-estar trará mais prejuízos do que benefícios. Não é possível que um trabalho, ao causar sofrimento, cumpra a sua função de dignificar o homem.”²⁵ “A sensação de bem-estar está ligada a características como trabalho estimulante e desafiador, possibilidade de crescimento na carreira, aprendizado e desenvolvimento, clima organizacional positivo, remuneração e benefícios justos”, afirma Vanessa. Por isso, tão importante quanto gostar do que se faz é desempenhar essa função em um local que ofereça as condições necessárias.

Glenda Mendes. O trabalho dignifica o homem. In: O Nacional, 1.º/5/2013. Internet: <<http://onacional.com.br>> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, referentes às ideias e às estruturas linguísticas apresentadas no texto acima.

O sujeito das orações expressas pelas formas verbais “terá” (R.20) e “renderá” (R.20) é indeterminado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio da estrutura morfosintática do período / Emprego do sinal indicativo de crase

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q11.

Texto CB1A1BBB

Pedir ao educador que situe o centro de gravidade na própria criança é pedir-lhe nada menos que fazer uma revolução, se é verdade que até agora o centro de gravidade foi situado fora dela. É essa revolução — exigência fundamental do movimento da educação nova — que Claparède compara à que Copérnico realizou na astronomia, e que ele define, com tanta felicidade, nas seguintes linhas: “são os métodos e os programas que gravitam em torno da criança e não mais a criança que gira em torno de um programa decidido fora dela. Essa é a revolução copernicana à qual a psicologia convida o educador”.

M. A. Bloch. Filosofia da educação nova. Paris: PUF, 1973, p. 33 (com adaptações).

Com relação às ideias do texto CB1A1BBB e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

A supressão do acento grave, indicativo de crase, no trecho “que Claparède compara à que Copérnico realizou na astronomia” (R. 5 e 6), prejudicaria a correção gramatical do texto, dada a impossibilidade de omissão do artigo definido no contexto.

- CERTO

- ERRADO

Língua Portuguesa / Domínio da estrutura morfossintática do período / Colocação dos pronomes átonos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TJ/SE / 2014 / CESPE

Q12.

A vida do Brasil colonial era regida pelas Ordenações Filipinas, um código legal que se aplicava a Portugal e seus territórios ultramarinos. Com todas as letras, as Ordenações Filipinas asseguravam ao marido o direito de matar a mulher caso a apanhasse em adultério. Também podia matá-la por meramente suspeitar de traição. Prevvia-se um único caso de punição: sendo o marido traído um “peão” e o amante de sua mulher uma “pessoa de maior qualidade”, o assassino poderia ser condenado a três anos de desterro na África.

No Brasil República, as leis continuaram reproduzindo a ideia de que o homem era superior à mulher. O Código Civil de 1916 dava às mulheres casadas o status de “incapazes”. Elas só podiam assinar contratos ou trabalhar fora de casa se tivessem a autorização expressa do marido.

Há tempos, o direito de matar a mulher, previsto pelas Ordenações Filipinas, deixou de valer. O machismo, porém, sobreviveu nos tribunais. O Código Penal de 1890 livrava da condenação quem matava “em estado de completa privação de sentidos”. O atual Código Penal, de 1940, abrevia a pena dos criminosos que agem “sob o domínio de violenta emoção”. Os “crimes passionais” — eufemismo para a covardia — encaixam-se à perfeição nessas situações. Em outra bem-sucedida tentativa de aliviar a responsabilidade do homem, os advogados inventaram o direito da “legítima defesa da honra”.

O machismo é uma praga histórica. Não se elimina da noite para o dia. A criação da Lei Maria da Penha, em 2006, em que se previu punição para quem agride e mata mulheres, foi um primeiro e audacioso passo. O segundo passo contra o machismo é a educação.

Ricardo Westin e Cintia Sasse. Dormindo com o inimigo. In: Jornal do Senado. Brasília, 4/jul./2013, p. 4-5. Internet: <www.senado.gov.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens.

Não haveria prejuízo para a correção gramatical do texto caso os pronomes “se” (R.2) e “a” (R.5) fossem deslocados para imediatamente após as formas verbais “aplicava” (R.2) e “apanhasse” (R.5), escrevendo-se que aplicava-se e caso apanhasse-a, respectivamente.

- CERTO
- ERRADO

Língua Portuguesa / Reescrita de frases e parágrafos do texto

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO I - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q13.

Texto CB1A1AAA

O Juca era da categoria das chamadas pessoas sensíveis, dessas a que tudo lhes toca e tange. Se a gente lhe

perguntasse: “Como vais, Juca?”, ao que qualquer pessoa normal responderia “Bem, obrigado!” — com o Juca a coisa não era assim tão simples. Primeiro fazia uma cara de indecisão, depois um sorriso triste contrabalançado por um olhar heroicamente exultante, até que esse exame de consciência era cortado pela voz do interlocutor, que começava a falar chãmente em outras coisas, que, aliás, o Juca não estava ouvindo... Porque as pessoas sensíveis são as criaturas mais egoístas, mais coriáceas, mais impenetráveis do reino animal. Pois, meus amigos, da última vez que vi o Juca, o impasse continuava... E que impasse!

Estavam-lhe ministrando a extrema-unção. E, quando o sacerdote lhe fez a tremenda pergunta, chamando-o pelo nome: “Juca, queres arrependerte dos teus pecados?”, vi que, na sua face devastada pela erosão da morte, a Dúvida começava a redesenhar, reanimando-a, aqueles seus trejeitos e caretas, numa espécie de ridícula ressurreição. E a resposta não foi “sim” nem “não”; seria acaso um “talvez”, se o padre não fosse tão compreensivo. Ou apressado. Despachou-o num átimo e absolvido.

Que fosse amolar os anjos lá no Céu!

E eu imagino o Juca a indagar, até hoje:

— Mas o senhor acha mesmo, sargento Gabriel, que ele poderia ter-me absolvido?

Mário Quintana Prosa & Verso Porto Alegre: Globo, 1978, p 65 (com adaptações)

Com relação às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto CB1A1AAA, julgue os itens a seguir.

Na linha 5, caso a forma verbal “era” fosse substituída por seria, a respectiva afirmação sobre o comportamento de Juca seria mais categórica que a que se verifica no texto.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Acessibilidade / Lei nº 13.146/2015 e suas alterações (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q14.

Com base no disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, julgue os itens a seguir.

A pessoa com deficiência não poderá sofrer nenhuma espécie de discriminação pela sua condição, mas não será obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Ética no Serviço Público / Ética, moral, princípios e valores

Fonte: CARGO 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q15.

Considerando os conceitos, princípios e valores da ética e da moral, bem como o disposto na Lei nº 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

Nem todos os meios para se alcançar algo são justificáveis do ponto de vista da ética, uma vez que fins éticos exigem, necessariamente, meios éticos.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética no Serviço Público / Ética e democracia: exercício da cidadania

Fonte: TÉCNICO - APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO - SEGURANÇA INSTITUCIONAL E SEGURANÇA / MPU / 2015 / CESPE

Q16.

Acerca de ética deontológica e de ética e democracia, julgue os próximos itens.

A ética envolve um processo avaliativo do modo como os seres humanos, a natureza e os animais intervêm no mundo ao seu redor.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética no Serviço Público / Ética e função pública

Fonte: ANALISTA - CONTABILIDADE E FINANÇAS / FUNPRESP / 2016 / CESPE

Q17.

Acerca da ética e da função pública e da ética e da moral, julgue os itens que se seguem.

O servidor está desobrigado de ter conhecimento das atualizações legais pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética no Serviço Público / Ética no Setor Público / Decreto nº 1.171/1994 e suas alterações (Código de Ética Profissional do Serviço Público)

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE ADMINISTRAÇÃO / EBSEH / 2018 / CESPE

Q18.

Julgue os itens seguintes, relativos ao regime dos servidores públicos federais e à ética no serviço público.

É dever do servidor público respeitar a hierarquia, respeito esse que veda a ele representar contra comprometimentos da estrutura do poder estatal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética no Serviço Público / Ética no Setor Público / Lei nº 8.112/1990 e alterações: regime disciplinar / Deveres e proibições

Q19.

Com base no disposto no Decreto nº 6.029/2007 e na Lei nº 8.112/1990, julgue os itens subsequentes, que versam sobre direitos e deveres de servidores públicos.

É proibido ao servidor público atuar como intermediário junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau e de cônjuge ou companheiro.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética no Serviço Público / Ética no Setor Público / Lei nº 8.112/1990 e alterações: regime disciplinar / Acumulação

Fonte: TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO - APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO - TÉCNICA ADMINISTRATIVA / TCU / 2015 / CESPE

Q20.

No que se refere aos princípios e conceitos da administração pública e aos servidores públicos, julgue os próximos itens.

A vedação ao acúmulo remunerado de cargos, empregos ou funções públicas não se estende aos empregados das sociedades de economia mista.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética no Serviço Público / Ética no Setor Público / Lei nº 8.112/1990 e alterações: regime disciplinar / Responsabilidades

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - FISCALIZAÇÃO - DIREITO - CARGO 24 / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q21.

Acerca dos servidores públicos, dos poderes da administração pública e do regime jurídico-administrativo, julgue os itens que se seguem.

Situação hipotética: A autoridade competente de determinado TCE da Federação foi informada de que um dos servidores do órgão foi preso em flagrante, devido à prática de crime, e liberado em seguida para responder ao processo em liberdade. **Assertiva:** Nessa situação, caberá à autoridade aguardar o trânsito em julgado da condenação para determinar que o servidor seja afastado de suas funções.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética no Serviço Público / Ética no Setor Público / Lei nº 8.112/1990 e alterações: regime disciplinar / Penalidades

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE ADMINISTRAÇÃO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q22.

Julgue os itens seguintes, relativos ao regime dos servidores públicos federais e à ética no serviço público.

A demissão será a penalidade disciplinar cabível para o servidor que se recusar a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética no Serviço Público / Lei nº 8.429/1992 / Das disposições gerais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STM / 2018 / CESPE

Q23.

À luz da Lei de Improbidade Administrativa — Lei nº 8.429/1992 —, julgue os itens a seguir.

Além dos servidores públicos, são considerados sujeitos ativos de atos de improbidade administrativa os notários e registradores, que podem sofrer as penalidades previstas na lei em apreço.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética no Serviço Público / Lei nº 8.429/1992 / Dos atos de improbidade administrativa

Fonte: CARGO 12: TÉCNICO JUDICIÁRIO - SUPORTE TÉCNICO / STJ / 2018 / CESPE

Q24.

Considerando os conceitos, princípios e valores da ética e da moral, bem como o disposto na Lei nº 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

As sanções aplicáveis nos casos de enriquecimento ilícito são cabíveis apenas para agentes públicos, excluindo-se a possibilidade de responsabilização administrativa de pessoa que não exerça mandato, cargo, emprego ou função administrativa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aplicada ao MPU e ao CNMP / Ministério Público da União / Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União)

Fonte: TÉCNICO - APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO - SEGURANÇA INSTITUCIONAL E SEGURANÇA / MPU / 2015 / CESPE

Q25.

Com relação à Lei Orgânica do MPU, bem como às funções, aos princípios institucionais e à autonomia funcional e administrativa do Ministério Público (MP), julgue os itens a seguir.

Caso um indivíduo tenha sido preso em flagrante delito por ter cometido crime de competência da justiça federal, o membro do Ministério Público Federal (MPF) que atuar no caso terá

independência funcional irrestrita.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação Aplicada ao MPU e ao CNMP / Ministério Público da União / Perfil constitucional do Ministério Público e suas funções institucionais

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q26.

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

Segundo o Supremo Tribunal Federal, a legitimidade processual extraordinária e independente do Ministério Público comum se estende ao Ministério Público junto aos tribunais de contas, que também têm legitimidade ativa para propor demandas judiciais.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Estado, governo e administração pública / Conceitos, elementos e poderes

Fonte: ADMINISTRADOR / FUB / 2015 / CESPE

Q27.

Acerca de Estado, governo e administração pública, julgue os itens a seguir.

A autonomia do Distrito Federal e sua organização político-administrativa têm limitações constitucionais.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Direito administrativo: conceito, fontes e princípios

Fonte: CARGO 8: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / STJ / 2018 / CESPE

Q28.

Acerca dos princípios e dos poderes da administração pública, da organização administrativa, dos atos e do controle administrativo, julgue os itens a seguir, considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Situação hipotética: O prefeito de determinado município promoveu campanha publicitária para combate ao mosquito da dengue. Nos panfletos, constava sua imagem, além do símbolo da sua campanha eleitoral. **Assertiva:** No caso, não há ofensa ao princípio da impessoalidade.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Administrativo / Ato administrativo / Conceito, requisitos e atributos

Fonte: ASSISTENTE PORTUÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q29.

Acerca de atos administrativos e de contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

A competência do sujeito é requisito de validade do ato administrativo e, em princípio, irrenunciável, porém sua irrenunciabilidade poderá ser afastada em razão de delegação ou avocação de competências legalmente admitidas.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Ato administrativo / Classificação e espécies

Fonte: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1 / ABIN / 2018 / CESPE

Q30.

No que se refere a atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

Na discricionariedade administrativa, o agente possui alguns limites à ação voluntária, tais como: o ordenamento jurídico estabelecido para o caso concreto, a competência do agente ou do órgão. Qualquer ato promovido fora desses limites será considerado arbitrariedade na atividade administrativa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Ato administrativo / Invalidação, anulação, revogação e prescrição

Fonte: ASSISTENTE PORTUÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q31.

Acerca de atos administrativos e de contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

Ato do qual autoridade se utilize para atingir finalidade diversa ao interesse público deverá ser revogado pela própria administração pública, sendo vedado ao Poder Judiciário decretar a sua nulidade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Lei nº 8.112/1990 e suas alterações

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE ADMINISTRAÇÃO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q32.

Julgue os itens seguintes, relativos ao regime dos servidores públicos federais e à ética no serviço público.

Em caso de licença por motivo de doença de enteado de servidor público em estágio probatório, este ficará suspenso, sendo retomado ao término do período da licença.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes da administração / Vinculado e discricionário

Fonte: TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ANS / 2013 / CESPE

Q33.

A respeito dos poderes administrativos, julgue os itens seguintes.

O ato discricionário implica liberdade de atuação administrativa, contudo sempre nos limites previstos em lei.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes da administração / Hierárquico

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q34.

Julgue os seguintes itens, a respeito dos poderes da administração pública.

O poder hierárquico se manifesta no controle exercido pela administração pública direta sobre as empresas públicas.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes da administração / Disciplinar

Fonte: CARGO 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q35.

Acerca dos poderes da administração pública e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

O poder disciplinar, decorrente da hierarquia, tem sua discricionariedade limitada, tendo em vista que a administração pública se vincula ao dever de punir.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes da administração / Regulamentar

Q36.

Julgue os seguintes itens, a respeito dos poderes da administração pública.

No exercício do poder regulamentar, a administração pública não poderá contrariar a lei.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços públicos / Conceito

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO I - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q37.

No que diz respeito à ordem econômica e financeira, aos serviços públicos, às formas de outorgas e à ordenação do transporte aquaviário, julgue os seguintes itens.

A prestação de serviços públicos é incumbência do poder público, que, na forma da lei, pode prestá-lo diretamente ou, sempre mediante licitação, sob o regime de concessão, permissão ou autorização.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços públicos / Classificação

Fonte: INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA / TCE/RN / 2015 / CESPE

Q38.

Relativamente aos serviços públicos e à concessão e permissão de serviço público, julgue os itens subsecutivos.

Classificam-se como indelegáveis aqueles serviços que só podem ser prestados diretamente pelo estado, de que são exemplos os serviços de defesa nacional e segurança pública.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços públicos / Regulamentação, formas e competência de prestação

Fonte: ASSISTENTE PORTUÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q39.

No que diz respeito à ordem econômica e financeira, aos serviços públicos e às formas de outorgas, julgue os itens seguintes.

A autorização é ato administrativo vinculado para a administração pública.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Organização administrativa / Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada

Fonte: ASSISTENTE PORTUÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q40.

Acerca da organização administrativa da União, julgue os itens seguintes.

A descentralização, uma característica da administração direta, visa distribuir competências dentro de uma mesma pessoa jurídica, organizada hierarquicamente, a fim de atingir um melhor desempenho.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Organização administrativa / Autarquias

Fonte: ASSISTENTE PORTUÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q41.

Acerca da organização administrativa da União, julgue os itens seguintes.

As autarquias, pessoas jurídicas de direito público, são criadas por lei e têm capacidade de autoadministração.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Organização administrativa / Fundações

Fonte: TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA - CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL / Pref. João Pessoa/PB / 2018 / CESPE

Q42.

Acerca da organização da administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue os itens a seguir.

É possível a constituição de fundação pública de direito público ou de direito privado para a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, quando relevante ao interesse público.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Organização administrativa / Empresas públicas

Fonte: ASSISTENTE PORTUÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q43.

Acerca da organização administrativa da União, julgue os itens seguintes.

A criação de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação deve ser autorizada por ato do chefe do Poder Executivo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Organização administrativa / Sociedades de economia mista

Fonte: ASSISTENTE PORTUÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q44.

Acerca da organização administrativa da União, julgue os itens seguintes.

Sociedade de economia mista é empresa estatal com personalidade jurídica de direito privado; seu capital é oriundo tanto da iniciativa privada quanto do poder público.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle e responsabilização da administração / Controle administrativo

Fonte: CARGO 8: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / STJ / 2018 / CESPE

Q45.

Acerca dos princípios e dos poderes da administração pública, da organização administrativa, dos atos e do controle administrativo, julgue os itens a seguir, considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Cabe ao Poder Legislativo o poder-dever de controle financeiro das atividades do Poder Executivo, o que implica a competência daquele para apreciar o mérito do ato administrativo sob o aspecto da economicidade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle e responsabilização da administração / Controle judicial

Fonte: AUXILIAR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q46.

Julgue os itens que se seguem, a respeito do controle da administração e da responsabilidade civil do Estado.

A ação civil pública é instrumento válido de controle judicial da atividade administrativa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle e responsabilização da administração / Controle legislativo

Fonte: AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA - CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL / Pref. João Pessoa/PB / 2018 / CESPE

Q47.

No que se refere a tipos e formas de controle, julgue os itens a seguir.

O julgamento das contas prestadas anualmente pelo presidente da República compete à Câmara dos Deputados, com o auxílio do controle interno.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle e responsabilização da administração / Responsabilidade civil do Estado

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q48.

João, servidor público civil, motorista do Exército brasileiro, enquanto conduzia veículo oficial, no exercício da sua função, colidiu com o automóvel de Maria, que não possui qualquer vínculo com o poder público. Após a devida apuração, ficou provado que os dois condutores agiram com culpa.

A partir dessa situação hipotética e considerando a doutrina majoritária referente à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

A União tem direito de regresso em face de João, considerando que, no caso, a responsabilidade do agente público é subjetiva.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Lei nº 8.666/1993 e suas alterações

Fonte: ASSISTENTE PORTUÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q49.

Acerca de atos administrativos e de contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

A administração, por oportunidade e conveniência, pode celebrar contrato por tempo indeterminado.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Administrativo / Lei nº 10.520/2002 e suas alterações e Decreto 5.450/2005 e suas alterações

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE QUALQUER NÍVEL SUPERIOR / EBSERH / 2018 / CESPE

Q50.

A respeito de licitações e contratos administrativos, julgue os itens seguintes.

É facultado o uso de licitação na modalidade de pregão, conforme a Lei nº 10.520/2002, para a contratação de obras realizadas pela administração direta, desde que o valor seja inferior a cem salários mínimos.

- CERTO
- ERRADO

Direito Administrativo / Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO I - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q51.

No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, as contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços, obedecerão ao disposto no Decreto nº 7.892/2013.

No que se refere ao sistema de registro de preços, julgue os itens a seguir.

A licitação para registro de preços poderá, excepcionalmente, ser realizada na modalidade concorrência do tipo técnica e preço, mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou da entidade.

- CERTO
- ERRADO

Direito Constitucional / Princípios fundamentais

Fonte: AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA - CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL / Pref. João Pessoa/PB / 2018 / CESPE

Q52.

À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir, acerca dos princípios constitucionais e dos direitos fundamentais.

Conforme a CF, o poder emana do povo e é exercido por meio de representantes eleitos, não havendo previsão do exercício do poder diretamente pelo povo.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Constitucional / Aplicabilidade das normas constitucionais

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q53.

O governo de determinado estado da Federação publicou medida provisória (MP) que altera dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em protesto contra a referida MP, alguns estudantes do ensino médio do estado ocuparam as escolas públicas, impedindo que os demais alunos frequentassem as aulas. O Ministério Público estadual ingressou com medida judicial requerendo a imediata reintegração e desocupação das escolas invadidas. A medida judicial requerida foi deferida por um juiz de primeiro grau que tomou posse há vinte meses.

A respeito dessa situação hipotética e de aspectos constitucionais a ela relacionados, julgue os itens a seguir.

O direito à educação, previsto pela Constituição Federal de 1988, é norma de direito fundamental de eficácia plena e de execução imediata, pois não necessita da atuação do legislador para produzir todos os seus efeitos.

- CERTO
- ERRADO

Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos e deveres individuais e coletivos

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q54.

Acerca de licitações e contratos a serem celebrados por empresas públicas, julgue os itens a seguir.

Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por empresa pública.

- CERTO
- ERRADO

Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos sociais

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q55.

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

O Supremo Tribunal Federal firmou posição no sentido de que o ensino religioso nas escolas públicas deve ter caráter não confessional, sendo vedada a admissão de professores na qualidade de representantes das religiões para ministrar os cursos.

- CERTO

- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos de nacionalidade

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q56.

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, brasileiro nato que tiver perdido a nacionalidade poderá ser extraditado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos políticos

Fonte: AUXILIAR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q57.

No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, à nacionalidade e aos direitos políticos, julgue os itens que se seguem, tendo como referência as disposições da CF.

Serão cassados os direitos políticos do indivíduo condenado criminalmente em sentença transitada em julgado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Partidos políticos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q58.

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

Os partidos políticos possuem autonomia para definir sua estrutura interna, sua organização e seu funcionamento, sendo-lhes facultada a vinculação entre candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Organização político-administrativa do Estado / Estado federal brasileiro

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO I - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q59.

Com referência à organização do Estado, julgue os itens a seguir.

As atuais terras indígenas demarcadas e localizadas no estado do Maranhão são bens públicos federais.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Organização político-administrativa do Estado / União

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO I - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q60.

Com referência à organização do Estado, julgue os itens a seguir.

O município de São Luís, no estado do Maranhão, é competente para organizar serviços públicos de interesse local; entretanto, se esses serviços forem de transporte coletivo, tal competência será da União.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Organização político-administrativa do Estado / Estados, Distrito Federal e territórios

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q61.

O governo de determinado estado da Federação publicou medida provisória (MP) que altera dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em protesto contra a referida MP, alguns estudantes do ensino médio do estado ocuparam as escolas públicas, impedindo que os demais alunos frequentassem as aulas. O Ministério Público estadual ingressou com medida judicial requerendo a imediata reintegração e desocupação das escolas invadidas. A medida judicial requerida foi deferida por um juiz de primeiro grau que tomou posse há vinte meses.

A respeito dessa situação hipotética e de aspectos constitucionais a ela relacionados, julgue os itens a seguir.

A procuradoria-geral do estado também possui competência para requerer a medida judicial de desocupação das escolas, por não ser essa competência privativa do Ministério Público estadual.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Organização político-administrativa do Estado / Municípios

Fonte: AUXILIAR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q62.

A respeito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, julgue os itens subsecutivos.

A fusão de dois municípios depende de consulta prévia, mediante plebiscito, das respectivas populações, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Administração pública / Disposições gerais

Fonte: CARGO 8: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / STJ / 2018 / CESPE

Q63.

Considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos direitos e das garantias fundamentais e da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

A norma constitucional que estabelece que o provimento dos cargos públicos ocorra por meio da realização de concurso público é de eficácia limitada, tendo em vista que a promoção do certame depende de autorização legal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Administração pública / Servidores públicos

Fonte: CARGO 12: TÉCNICO JUDICIÁRIO - SUPORTE TÉCNICO / STJ / 2018 / CESPE

Q64.

A respeito do que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF) sobre o regime jurídico da administração pública e o Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

Nas contratações temporárias autorizadas pela CF, não é obrigatória a aprovação em concurso público.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder executivo / Atribuições e responsabilidades do presidente da República

Fonte: ASSISTENTE PORTUÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q65.

No que se refere à organização dos poderes, julgue os itens que se seguem.

A concessão de indulto é competência indelegável do presidente da República.

- CERTO

- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder legislativo / Estrutura, funcionamento e atribuições

Fonte: ASSISTENTE PORTUÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q66.

No que se refere à organização dos poderes, julgue os itens que se seguem.

A criação de cargo público federal é matéria que cabe ao Congresso Nacional dispor, mas depende da sanção do presidente da República.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder legislativo / Processo legislativo

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO I - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q67.

Julgue os próximos itens, relativos à organização dos poderes.

Para ser aprovada, uma emenda à Constituição Federal de 1988 deverá ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, e sua aprovação dependerá da obtenção, em ambos os turnos, de três quintos dos votos dos respectivos membros, devendo o intervalo mínimo entre tais turnos de votação ser de trinta dias.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder legislativo / Fiscalização contábil, financeira e orçamentária

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STM / 2018 / CESPE

Q68.

Acerca de administração financeira e orçamentária e do orçamento público no Brasil, julgue os próximos itens.

Se o Congresso Nacional não receber a proposta orçamentária elaborada pelo Poder Executivo no prazo fixado pela Constituição Federal, ele deverá elaborar sua própria proposta orçamentária, sem prejuízo da imposição de sanções cabíveis.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder legislativo / Comissões parlamentares de inquérito

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q69.

Julgue os próximos itens, relativos ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo.

No exercício de atividade investigatória, caso se deparem com a necessidade de quebra do sigilo fiscal de alguém, as comissões parlamentares de inquérito deverão requerer tal quebra ao Poder Judiciário, pois elas não possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder judiciário / Disposições gerais

Fonte: ASSISTENTE PORTUÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q70.

No que se refere à organização dos poderes, julgue os itens que se seguem.

Segundo a Constituição Federal de 1988, o título de bacharel em direito é requisito indispensável ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder judiciário / Órgãos do poder judiciário: organização e competências

Fonte: CARGO 12: TÉCNICO JUDICIÁRIO - SUPORTE TÉCNICO / STJ / 2018 / CESPE

Q71.

A respeito do que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF) sobre o regime jurídico da administração pública e o Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

É competência exclusiva do Superior Tribunal de Justiça julgar governadores de estado por crimes de responsabilidade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder judiciário / Conselho Nacional de Justiça: composição e competências

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO I - ÁREA ADMINISTRATIVA / EMAP / 2018 / CESPE

Q72.

Julgue os próximos itens, relativos à organização dos poderes.

O Conselho Nacional de Justiça é órgão que exerce o controle da atuação administrativa, financeira e jurisdicional no âmbito de todo o Poder Judiciário.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Funções essenciais à justiça / Advocacia pública

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q73.

Acerca da advocacia pública, julgue os itens subsequentes.

A execução da dívida ativa tributária é de competência da Advocacia-Geral da União.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Funções essenciais à justiça / Defensoria pública

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q74.

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

Mesmo que o defensor público tenha sido pessoalmente intimado e tenha comparecido à audiência na qual se tenha proferido a decisão judicial, a contagem do prazo recursal para a impugnação da decisão dependerá da remessa dos autos à Defensoria Pública.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Princípios e fontes do direito do trabalho

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 17ª / 2014 / CESPE

Q75.

Julgue os itens subsequentes, relativos aos princípios e aos institutos reguladores das relações coletivas do trabalho.

Não ofende norma constitucional cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa que estabeleça contribuição obrigatória, a trabalhadores não filiados, em favor de entidade sindical, a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da Constituição Federal)

Q76.

Considerando que determinados contratos de trabalho possibilitam o labor em residência, julgue os itens subsequentes.

Segundo a legislação consolidada, há diferença entre o trabalho realizado na residência do obreiro ou na sede da empresa contratante para a configuração da relação de emprego.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Relação de trabalho e relação de emprego

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 17ª / 2014 / CESPE

Q77.

No que concerne à relação de emprego, julgue os próximos itens.

Em caso de aviso prévio trabalhado, a jornada de trabalho do empregado deve ser reduzida em duas horas diárias ou o empregador deve liberar o empregado do trabalho por sete dias seguidos. No entanto, é cabível a negociação entre as partes para substituição do período de jornada reduzida pelo pagamento das horas correspondentes.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Contrato individual de trabalho / Conceito

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q78.

Conforme as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), julgue os seguintes itens.

O contrato individual de trabalho poderá ser celebrado de forma tácita ou expressa, verbal ou escrita; poderá ter prazo indeterminado ou determinado; e poderá destinar-se à prestação de trabalho intermitente.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Contrato individual de trabalho / Classificação

Fonte: PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO / TCDF / 2013 / CESPE

Q79.

Julgue os próximos itens, acerca das estabilidades e da rescisão contratual.

O contrato de experiência pode ser prorrogado por apenas um período, e não pode exceder os noventa dias.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Contrato individual de trabalho / Características

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 10ª / 2013 / CESPE

Q80.

Julgue os itens seguintes, referentes ao contrato de emprego.

O contrato individual de trabalho pode ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Alteração do contrato de trabalho / Alterações unilateral e bilateral

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 17ª / 2014 / CESPE

Q81.

Julgue os próximos itens, relativos aos direitos trabalhistas.

Considere que um trabalhador tenha ajuizado reclamação trabalhista contra decisão de seu empregador, argumentando que a empresa deveria retomar a concessão de intervalo intrajornada e o fornecimento da refeição que eram anteriormente fornecidas aos seus empregados. Nessa situação, é correto afirmar que o pedido do empregado é adequado, pois, como tais vantagens foram instituídas pela própria empresa, por mútuo consentimento, elas são incorporadas aos contratos de trabalho.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Suspensão e interrupção do contrato de trabalho

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 17ª / 2014 / CESPE

Q82.

Julgue os próximos itens, relativos aos direitos trabalhistas.

A suspensão que ultrapassar o prazo de trinta dias consecutivos é considerada rescisão injusta do contrato de trabalho por culpa do empregador, portanto são devidas, ao empregado, as verbas rescisórias normais.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Rescisão do contrato de trabalho / Justa causa

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q83.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao contrato de trabalho e aos direitos e deveres dele decorrentes.

A prática de ato atentatório à segurança nacional devidamente comprovado por inquérito administrativo enseja justa causa do empregado para rescisão do contrato de trabalho.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Rescisão do contrato de trabalho / Dispensa arbitrária

Fonte: TÉCNICO CIENTÍFICO - DIREITO / BASA / 2012 / CESPE

Q84.

À luz dos princípios do direito trabalhista, julgue os itens a seguir.

Se pretender findar o contrato de trabalho com determinado empregado, sem justo motivo, então, nesse caso, o empregador terá a obrigação de indenizar o empregado com o equivalente a trinta dias de trabalho.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Rescisão do contrato de trabalho / Culpa recíproca

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 10ª / 2013 / CESPE

Q85.

Julgue os itens seguintes, referentes ao contrato de emprego.

Se o término do contrato de trabalho se der em razão de ato faltoso praticado por ambas as partes do pacto de emprego, ter-se-á a denominada culpa recíproca, hipótese em que o empregado não fará jus ao décimo terceiro salário do ano em curso.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Rescisão do contrato de trabalho / Indenização

Fonte: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - ADVOGADO / TELEBRAS / 2015 / CESPE

Q86.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca de rescisão do contrato de trabalho e aviso prévio, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Em determinada empresa foi estabelecido o mês de dezembro para efetuar o pagamento de valores a título de distribuição dos lucros. Nessa situação, o empregado que vier a ser demitido no mês de outubro não terá direito ao recebimento da distribuição dos lucros, pois o seu contrato de trabalho não estará vigente à época estabelecida para a divisão.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Aviso prévio

Fonte: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - ADVOGADO / TELEBRAS / 2015 / CESPE

Q87.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca de rescisão do contrato de trabalho e aviso prévio, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um empregado, enquanto cumpria aviso prévio, agrediu fisicamente um colega de trabalho dentro da empresa, durante o expediente, em decorrência de uma discussão a respeito de futebol. Nessa situação, o empregado não terá direito às verbas rescisórias de caráter indenizatório.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Duração do trabalho / Jornada de trabalho

Fonte: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - ADVOGADO / TELEBRAS / 2015 / CESPE

Q88.

No que se refere à duração do trabalho e das férias, julgue os próximos itens.

Um empregado que, em sua jornada diária, necessite de quinze minutos após o encerramento do seu horário de trabalho para trocar seu uniforme e fazer a higiene pessoal, receberá como extras esses minutos excedentes.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Duração do trabalho / Intervalo para repouso e alimentação

Fonte: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS - DIREITO / CPRM / 2013 / CESPE

Q89.

No que se refere à segurança e higiene no trabalho e ao trabalho da mulher, julgue os itens a seguir.

A cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho que suprime ou reduz o intervalo intrajornada é inválida.

- CERTO
- ERRADO

Direito do Trabalho / Duração do trabalho / Descanso semanal remunerado

Fonte: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - ADVOGADO / TELEBRAS / 2015 / CESPE

Q90.

No que se refere à duração do trabalho e das férias, julgue os próximos itens.

A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras, não repercute no cálculo de férias e 13.º salário, pois configuraria um ganho dobrado para o empregado.

- CERTO
- ERRADO

Direito do Trabalho / Duração do trabalho / Trabalho noturno e trabalho extraordinário

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q91.

Julgue os itens que se seguem de acordo com a legislação e a jurisprudência trabalhista.

Conforme entendimento pacífico do Tribunal Superior do Trabalho, será considerado como uma hora noturna qualquer período de sessenta minutos de trabalho que for realizado pelo portuário no horário de dezenove horas de um dia a sete horas do dia seguinte.

- CERTO
- ERRADO

Direito do Trabalho / Salário-mínimo

Fonte: PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO / TCDF / 2013 / CESPE

Q92.

Com referência ao contrato de trabalho, julgue os itens subsequentes.

Se um empregado for contratado para cumprir um regime de trabalho reduzido, ou seja, inferior a oito horas diárias ou a quarenta e quatro semanais, será lícito o pagamento do piso salarial ou do salário mínimo proporcional ao tempo trabalhado.

- CERTO
- ERRADO

Direito do Trabalho / Irredutibilidade e garantia

Fonte: ANALISTA - ADVOCACIA / SERPRO / 2013 / CESPE

Q93.

No que se refere ao direito individual do trabalho, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que as siglas CLT e TST se referem, respectivamente, a Consolidação das Leis do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.

Um dos princípios norteadores das medidas protetivas ao salário é a irredutibilidade salarial. Todavia, esse preceito não é absoluto, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro permite a redução salarial.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Férias / Direito a férias e sua duração

Fonte: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - ADVOGADO / TELEBRAS / 2015 / CESPE

Q94.

No que se refere à duração do trabalho e das férias, julgue os próximos itens.

O empregado que peça demissão do emprego antes de completar um ano não terá direito a receber nenhum valor a título de férias.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Férias / Concessão e época das férias

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q95.

Julgue os itens que se seguem de acordo com a legislação e a jurisprudência trabalhista.

A concessão das férias será notificada ao empregado por escrito, e estas deverão se iniciar a qualquer tempo, salvo em dia de feriado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Férias / Remuneração e abono de férias

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 17ª / 2014 / CESPE

Q96.

No que se refere à remuneração do empregado, julgue os itens a seguir.

As férias do empregado devem ser remuneradas em dobro caso sua concessão ultrapasse o período de doze meses subsequentes ao do período aquisitivo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Salário e remuneração / Conceito e distinções

Fonte: ADVOGADO / AGU / 2012 / CESPE

Q97.

Julgue os itens a seguir, acerca de remuneração e salário.

A remuneração do trabalhador compreende, além do salário, também as gorjetas que perceber entre os valores cobrados pela empresa de seus clientes, como adicional nas contas e a destinada à distribuição entre os empregados, não integrando a remuneração, entretanto, as gorjetas dadas espontaneamente pelos clientes ao empregado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Salário e remuneração / Composição do salário

Fonte: PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO / TCDF / 2013 / CESPE

Q98.

Com referência ao contrato de trabalho, julgue os itens subsequentes.

As gorjetas integram a remuneração do empregado, mas não integram a base de cálculo de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Salário e remuneração / 13º salário

Fonte: ANALISTA DE EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA - ADVOCACIA / EBC / 2011 / CESPE

Q99.

A respeito de salário, remuneração e gratificação natalina, julgue o item seguinte.

Para que o empregado faça jus ao adiantamento legal da gratificação natalina ao ensejo das férias, ele deve requerê-lo ao empregador no mês de janeiro do ano correspondente.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Prescrição e decadência

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q100.

No que se refere aos procedimentos, à reclamação, à prescrição e à competência na justiça do trabalho, julgue os itens que se seguem.

Situação hipotética: Um empregado ajuizou uma reclamação trabalhista em que pedia horas extras e aviso prévio, mas, por não ter comparecido à audiência inaugural, a demanda foi arquivada. Proposta nova ação, dois meses depois do arquivamento, no mesmo juízo, o mesmo reclamante requereu apenas as horas extras. **Assertiva:** Nessa hipótese, o TST entende que a prescrição deve ser interrompida, mas apenas em relação às horas extras.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Segurança e medicina no trabalho / Atividades perigosas ou insalubres

Fonte: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - ADVOGADO / TELEBRAS / 2015 / CESPE

Q101.

Com relação a segurança e medicina do trabalho, julgue o item a seguir.

Um auxiliar de serviços gerais, empregado de uma companhia aérea, que, de forma corriqueira, exerça suas funções a bordo de aeronave no momento do abastecimento, deverá receber o adicional de periculosidade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Proteção ao trabalho do menor

Fonte: ANALISTA DE CORREIOS - ADVOGADO / CORREIOS / 2011 / CESPE

Q102.

Julgue os itens seguintes, acerca do trabalho do menor.

Menor com dezesseis anos de idade que trabalhe, por exemplo, como balconista em uma panificadora pode firmar recibo de pagamento mensal. Entretanto, em caso de extinção de seu contrato, se ele ainda for menor de idade, não poderá dar quitação das verbas rescisórias sem assistência de seu responsável legal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Proteção ao trabalho da mulher

Fonte: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - ADVOGADO / TELEBRAS / 2015 / CESPE

Q103.

A respeito da proteção ao trabalho da mulher, das garantias provisórias do emprego e da estabilidade, julgue os itens seguintes.

A estabilidade provisória da gestante começa a ser garantida a partir do momento em que a empregada comunique a sua gravidez ao empregador.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Direito coletivo do trabalho / Convenções e acordos coletivos de trabalho

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q104.

Conforme as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), julgue os seguintes itens.

A convenção coletiva de trabalho que dispuser sobre banco de horas anual, enquadramento de grau de insalubridade e modalidade de registro de jornada de trabalho terá prevalência sobre a lei.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito do Trabalho / Comissões de conciliação prévia

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q105.

Carla Lopes ajuizou reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, Supermercados Onofre, que, há seis meses, demitiu três de seus dezoito empregados, entre eles, Carla. Em sua petição inicial, ela requereu valores devidos em razão de verbas rescisórias pagas a menor, adicional de insalubridade nunca pago ao longo do contrato de trabalho e danos morais decorrentes de assédio moral. Nessa reclamatória, foi atribuído como valor da causa o importe de cinquenta mil reais.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

Caso exista comissão de conciliação prévia instituída na empresa Supermercados Onofre — fundada em acordo coletivo de trabalho e dotada de composição paritária entre representantes dos empregados e do empregador —, a submissão da demanda de Carla a esse colegiado não seria pressuposto necessário ao ajuizamento da reclamação trabalhista.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual do Trabalho / Procedimentos nos dissídios individuais / Reclamação

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q106.

Carla Lopes ajuizou reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, Supermercados Onofre, que, há seis meses, demitiu três de seus dezoito empregados, entre eles, Carla. Em sua petição inicial, ela requereu valores devidos em razão de verbas rescisórias pagas a menor, adicional de insalubridade nunca pago ao longo do contrato de trabalho e danos morais decorrentes de assédio moral. Nessa reclamatória, foi atribuído como valor da causa o importe de cinquenta mil reais.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

Basta que, na reclamação trabalhista, os pedidos de Carla tenham sido formulados de modo certo, determinado e com valor correspondente para que o dissídio tramite pelo procedimento sumaríssimo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual do Trabalho / Procedimentos nos dissídios individuais / Jus postulandi

Fonte: TÉCNICO CIENTÍFICO - DIREITO / BASA / 2012 / CESPE

Q107.

Tendo como referência a legislação processual trabalhista, julgue os próximos itens.

O jus postulandi no processo do trabalho tem como base a possibilidade de as partes demandarem em juízo pessoalmente, até o final da demanda; essa prerrogativa se estende aos recursos e demais remédios próprios dos tribunais regionais do trabalho.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual do Trabalho / Procedimentos nos dissídios individuais / Partes e procuradores

Fonte: ANALISTA - GESTÃO DE PESSOAS / SERPRO / 2013 / CESPE

Q108.

Em relação ao papel do preposto, julgue os itens seguintes.

Caso o depoimento de empregado que se encontra hospitalizado for relevante para o esclarecimento do processo, é possível que se realize audiência no próprio hospital.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual do Trabalho / Procedimentos nos dissídios individuais / Audiência de Conciliação

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TRT 10ª / 2013 / CESPE

Q109.

Acerca de procedimento ordinário, julgue os itens subsecutivos.

No rito ordinário, o juiz somente tem a obrigação de propor a conciliação por ocasião da abertura da audiência, podendo usar dos meios adequados de persuasão para a solução conciliatória do litígio, em qualquer fase da audiência.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual do Trabalho / Procedimentos nos dissídios individuais / Audiência de Instrução e julgamento

Fonte: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - ADVOGADO / TELEBRAS / 2013 / CESPE

Q110.

Considerando uma demanda ajuizada na justiça do trabalho que tenha valor declarado, na inicial, de R\$ 27.210,00, julgue os itens a seguir.

Terminada a instrução do feito, a proposta de conciliação deverá ser renovada e, caso malograda, serão concedidos dez minutos a cada parte para alegações finais.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual do Trabalho / Provas no processo do trabalho

Fonte: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - ADVOGADO / TELEBRAS / 2013 / CESPE

Q111.

Considerando uma demanda ajuizada na justiça do trabalho que tenha valor declarado, na inicial, de R\$ 27.210,00, julgue os itens a seguir.

Caso seja indeferida a produção de prova oral, o momento processual correto para que se registre o inconformismo será durante as alegações finais.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual do Trabalho / Processos de execução / Modalidades da execução; Embargos do executado ■ impugnação do exequente

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q112.

Carla Lopes ajuizou reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, Supermercados Onofre, que, há seis meses, demitiu três de seus dezoito empregados, entre eles, Carla. Em sua petição inicial, ela requereu valores devidos em razão de verbas rescisórias pagas a menor, adicional de insalubridade nunca pago ao longo do contrato de trabalho e danos morais decorrentes de assédio moral. Nessa reclamatória, foi atribuído como valor da causa o importe de cinquenta mil reais.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

Se, na audiência, a reclamada se apresentar substituída por ex-empregado seu, e a reclamante não comparecer, abstenendo-se de se manifestar nos autos, a reclamação deverá ser arquivada e a reclamante será condenada ao pagamento das custas, ainda que seja beneficiária da justiça gratuita.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual do Trabalho / Prescrição e decadência no processo do trabalho

Fonte: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I / PGE/DF / 2013 / CESPE

Q113.

Julgue o item abaixo, referente à prescrição e à decadência no processo do trabalho.

A prescrição não arguida na instância ordinária não poderá constituir fundamento de recurso para a instância superior.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual do Trabalho / Competência da justiça do trabalho

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q114.

Com relação ao processo do trabalho, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: Um tribunal regional do trabalho indeferiu mandado de segurança impetrado por uma sociedade de economia mista. **Assertiva:** Nessa situação, o processo deverá ser encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho para que este proceda ao reexame necessário do mandado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual do Trabalho / Rito sumaríssimo no dissídio individual

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q115.

No que se refere aos procedimentos, à reclamação, à prescrição e à competência na justiça do trabalho, julgue os itens que se seguem.

Em procedimento sumaríssimo, apenas se admite o ajuizamento de reclamação trabalhista contra um estado da Federação se o valor do dissídio individual não exceder a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da ação.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Processual do Trabalho / Ação rescisória no processo do trabalho

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q116.

De acordo com o entendimento jurisprudencial da justiça do trabalho:

I na ação rescisória, o prazo decadencial para seu ajuizamento é contado a partir do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida nos autos, independentemente de tal decisão ser de mérito ou não;

II o trânsito em julgado da decisão objeto do corte rescisório, portanto, é pressuposto processual necessário ao ajuizamento da ação rescisória, cuja ausência, respeitado o prazo para emenda, implica o indeferimento da petição inicial.

Nessa linha de raciocínio,

o eventual trânsito em julgado da decisão rescindenda, posterior ao ajuizamento da ação rescisória, não tem o condão de afastar o indeferimento da petição inicial, ainda que devidamente juntada aos autos, no prazo para a emenda, a prova da sua ocorrência.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual do Trabalho / Mandado de segurança / Cabimento no processo do trabalho

Fonte: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I / PGE/DF / 2013 / CESPE

Q117.

No que diz respeito ao mandado de segurança no processo do trabalho, julgue os próximos itens.

Se, após pactuarem acordo em processo trabalhista, as partes requererem, em conjunto, homologação judicial do acordo, e isso não for feito pelo juiz, caberá a impetração de mandado de segurança, já que, em tal situação, não há previsão de cabimento de recurso específico.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual do Trabalho / Dissídios coletivos

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q118.

Julgue os itens a seguir, acerca dos dissídios coletivos no processo do trabalho.

Situação hipotética: O sindicato A e o sindicato B, representantes, respectivamente, dos empregados da categoria

profissional X e dos empregadores, firmaram acordo posteriormente homologado no âmbito do tribunal regional do trabalho local. O sindicato C, representante dos empregados da categoria profissional Y, que não participou do dissídio coletivo entre os sindicatos A e B, e cujos filiados são contratados dos empregadores filiados ao sindicato B, pretende fazer que as condições constantes do acordo sejam estendidas às relações existentes entre o sindicato B e o sindicato C.

Assertiva: Nessa situação, para que o sindicato C alcance sua pretensão, é suficiente que seus representantes e os do sindicato B registrem a extensão do acordo na delegacia do trabalho local.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Civil / Lei de introdução às normas do direito brasileiro / Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis

Fonte: AUXILIAR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q119.

Uma lei nova, oficialmente publicada, que regula inteiramente assunto que antes era disciplinado por outra norma, nada estabeleceu sobre a data de sua entrada em vigor e o seu prazo de vigência; foi silente também quanto à revogação da lei mais antiga. Sessenta dias depois da publicação oficial, um juiz recebeu um processo em que as partes discutiam um contrato firmado anos antes, com base na lei antiga.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes, considerando as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Há, nesse caso, conflito de leis no tempo e, para decidir qual delas será aplicada ao contrato, o juiz deverá considerar a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Civil / Lei de introdução às normas do direito brasileiro / Conflito das leis no tempo; Eficácia da lei no espaço

Fonte: CARGO 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q120.

Julgue os itens a seguir, à luz da Lei de Introdução ao Código Civil — Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Se a lei não dispuser em sentido diverso, a sua vigência terá início noventa dias após a data de sua publicação.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Civil / Pessoas naturais / Existência, personalidade e capacidade

Fonte: CARGO 8: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / STJ / 2018 / CESPE

Q121.

À luz da legislação e da jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir, a respeito dos direitos da personalidade, do direito de família, dos direitos reais e da prescrição.

O companheiro sobrevivente tem legitimidade para requerer medida judicial para que cesse lesão a direito da personalidade da pessoa falecida com quem possuía união estável.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Pessoas naturais / Nome e Direitos da personalidade

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q122.

Acerca das obrigações, dos direitos de personalidade e do negócio jurídico, julgue os itens subseqüentes.

A doutrina classifica os direitos da personalidade em três grupos não exaustivos: o de direitos à integridade física, o de direitos à integridade intelectual e o de direitos à integridade moral.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Pessoas jurídicas / Disposições gerais e constituição

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q123.

Julgue os seguintes itens, que tratam de vigência das leis, direitos da personalidade e pessoas jurídicas.

A União é considerada pessoa jurídica de direito público interno, ao passo que as autarquias são consideradas pessoas jurídicas de direito privado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Pessoas jurídicas / Associações e fundações

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA - DIREITO / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q124.

Determinada associação civil ajuizou ação indenizatória em face de uma sociedade empresária jornalística, com o intuito de receber indenização por danos materiais e morais decorrentes de publicação de reportagem com informações falsas, cujo único objetivo era macular a imagem e a credibilidade da associação civil, conforme ficou provado no processo.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

Na situação em apreço, para fixar o valor da condenação pelos danos materiais, o juiz deve considerar os denominados danos hipotéticos ou eventuais, pois, ainda que não tenha sido comprovado efetivo prejuízo material, presume-se que a conduta ilícita causou lesão à associação.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Domicílio

Fonte: CARGO 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q125.

Julgue os seguintes itens, relativos ao domicílio.

Domicílio corresponde ao lugar onde a pessoa estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Bens públicos

Fonte: AUXILIAR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q126.

Julgue os itens subsequentes com base nas disposições do Código Civil acerca de bens, fatos jurídicos e prescrição.

São considerados bens particulares aqueles pertencentes a pessoas jurídicas de direito público interno às quais se tenha dado estrutura de direito privado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Negócio jurídico / Disposições gerais

Fonte: AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO - CONTROLE EXTERNO - AUDITORIA GOVERNAMENTAL / TCU / 2015 / CESPE

Q127.

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, dos fatos e negócios jurídicos e do disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue os seguintes itens.

A renúncia realizada no contexto de um negócio jurídico deve ser interpretada de maneira estrita.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Negócio jurídico / Invalidez

Q128.

Acerca das obrigações, dos direitos de personalidade e do negócio jurídico, julgue os itens subsequentes.

A anulação do negócio jurídico restituirá as partes ao estado em que antes dele elas se achavam, mas, se isso não for possível, elas terão de ser indenizadas pelo equivalente.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Prescrição e decadência

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q129.

Considerando o que dispõe o Código Civil acerca das obrigações e dos institutos da prescrição e da decadência, julgue os itens que se seguem.

A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição e interrompida por qualquer interessado, na forma da lei.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Atos ilícitos

Fonte: AUXILIAR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q130.

Julgue os itens subsequentes com base nas disposições do Código Civil acerca de bens, fatos jurídicos e prescrição.

Cometerá ato ilícito o titular de direito que, ao exercê-lo, exceder manifestamente os limites impostos pelo seu fim socioeconômico, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Contratos / Contratos em geral; Preliminares e formação dos contratos

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q131.

Considerando o que dispõe o Código Civil acerca de negócios jurídicos e contratos, julgue os itens a seguir.

Nos contratos onerosos, a responsabilidade do alienante pela evicção pode ser excluída por convenção das partes em cláusula expressa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Contratos / Transmissão das obrigações

Fonte: AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO - AUDITORIA GOVERNAMENTAL / TCU / 2013 / CESPE

Q132.

No que concerne aos negócios jurídicos, às obrigações e aos contratos, julgue os itens subsequentes.

Considere que, em relação ao mesmo crédito, tenham ocorrido várias cessões e que os envolvidos tenham ingressado com ação judicial. Nessa situação, deve prevalecer a cessão que se completar com a tradição do título de crédito cedido.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Contratos / Adimplemento das obrigações

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - FISCALIZAÇÃO - DIREITO - CARGO 24 / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q133.

A respeito das obrigações, dos contratos e dos atos unilaterais, julgue os itens que se seguem.

Indivíduo que se comprometer ao pagamento da obrigação em prestações sucessivas terá a seu favor a presunção de pagamento se tiver recibo de quitação da última.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Contratos / Responsabilidade civil

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q134.

Julgue os itens seguintes, relativos à desconsideração da personalidade jurídica, à responsabilidade civil e à ausência.

Segundo o Superior Tribunal de Justiça, as instituições bancárias respondem objetivamente por fortuitos internos — danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros, como o recebimento de empréstimos mediante fraude —, responsabilidade que decorre do risco do empreendimento.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Normas processuais civis

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q135.

Julgue os itens seguintes, relativos a atos processuais, mandado de segurança e processo de execução.

São exemplos de negócios processuais típicos: a fixação de calendário processual para a prática dos atos processuais; a eleição de foro; as hipóteses da tutela provisória.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Função jurisdicional

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q136.

Julgue os itens a seguir, relativos à função jurisdicional.

A cooperação jurídica internacional segue parâmetros legais definidos em lei ordinária nacional.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Ação

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q137.

Conforme o Código de Processo Civil vigente, julgue os itens seguintes, a respeito da função jurisdicional, dos deveres das partes e de procuradores, do litisconsórcio e da assistência.

O modo de ser de uma relação jurídica pode ser objeto de ação declaratória.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sujeitos do processo / Capacidade processual e postulatória

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q138.

Julgue os itens a seguir, relativos a normas processuais civis, capacidade processual e postulatória e intervenção de terceiros.

Caso o titular do direito lesado ou ameaçado seja uma pessoa incapaz, a legitimidade ativa passa a ser dos seus pais, que poderão agir em conjunto ou isoladamente.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Processual Civil / Sujeitos do processo / Deveres das partes e procuradores

Fonte: CARGO 8: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / STJ / 2018 / CESPE

Q139.

À luz das disposições do Código de Processo Civil (CPC), julgue os próximos itens.

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, as regras sobre honorários de sucumbência estabelecidas no atual CPC se aplicam somente aos processos judiciais que se iniciaram após a entrada em vigor desse código.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Litisconsórcio

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q140.

Conforme o Código de Processo Civil vigente, julgue os itens seguintes, a respeito da função jurisdicional, dos deveres das partes e de procuradores, do litisconsórcio e da assistência.

É lícito ao juiz limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, mas não por ocasião da execução da sentença.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Intervenção de terceiros

Fonte: CARGO 8: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / STJ / 2018 / CESPE

Q141.

À luz das disposições do Código de Processo Civil (CPC), julgue os próximos itens.

De acordo com o CPC, a ausência de denunciação da lide acarreta a perda do direito de regresso que o réu eventualmente possua contra aquele que estiver obrigado, por lei ou por contrato, a lhe ressarcir.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Poderes, deveres e responsabilidade do juiz

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q142.

Acerca do valor da causa, da tutela provisória, do Ministério Público, da advocacia pública, da defensoria pública e da coisa julgada, julgue os itens subsequentes.

Os membros do Ministério Público, da advocacia pública e da defensoria pública podem ser responsabilizados regressivamente quando atuarem com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Ministério Público

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q143.

Acerca do Ministério Público e da tutela de urgência, julgue os próximos itens.

Nas relações processuais que envolvam interesse de incapaz, o Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica, caso em que poderá produzir provas e recorrer, bem como terá vista dos autos depois das partes.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Atos processuais / Forma dos atos

Fonte: CARGO 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q144.

Acerca dos atos processuais, julgue os seguintes itens.

Decisão interlocutória consiste no ato pelo qual o juiz põe fim à fase cognitiva do procedimento comum.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Atos processuais / Tempo e lugar

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - PROCURADORIA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q145.

À luz do Novo Código de Processo Civil, julgue os itens seguintes, referentes aos prazos e aos atos processuais.

Citações, intimações e penhoras poderão ser realizadas no período de férias forenses bem como nos feriados e nos dias úteis fora do horário regular, independentemente de autorização judicial, respeitando-se a regra constitucional da inviolabilidade de domicílio.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Atos processuais / Prazos

Fonte: CARGO 8: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / STJ / 2018 / CESPE

Q146.

Em uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, o promotor de justiça participou de audiência na qual o magistrado, entre outras providências, prolatou decisão indeferindo o pedido de inversão do ônus da prova apresentado na petição inicial.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

O termo inicial de contagem do prazo para que o Ministério Público impugne a decisão judicial prolatada na referida audiência se iniciará apenas com a entrega dos autos na repartição administrativa do órgão, ainda que o promotor de justiça tenha comparecido à audiência.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Atos processuais / Comunicação dos atos processuais

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA - DIREITO / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q147.

No que diz respeito às normas processuais, aos atos e negócios processuais e aos honorários de sucumbência, julgue os itens que se seguem, com base no disposto no novo Código de Processo Civil.

No que se refere à comunicação dos atos processuais, aplica-se às entidades da administração pública direta e indireta a obrigatoriedade de manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para o recebimento de citações e intimações, que serão preferencialmente realizadas por meio eletrônico.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Atos processuais / Nulidades

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA - DIREITO / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q148.

No que diz respeito às normas processuais, aos atos e negócios processuais e aos honorários de sucumbência, julgue os itens que se seguem, com base no disposto no novo Código de Processo Civil.

A nulidade decorrente da falta de intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica nos processos em que deveria atuar como tal somente pode ser decretada após

a manifestação do membro do Ministério Público sobre a existência ou inexistência de prejuízo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Tutela provisória / Disposições gerais

Fonte: CARGO 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q149.

Julgue os itens a seguir, a respeito das ações no processo civil.

A tutela provisória pode ser concedida em caráter antecedente à propositura da ação ou em caráter incidental, quando proposta no curso da ação principal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Formação, suspensão e extinção do processo

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - PROCURADORIA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q150.

Acerca da formação, da suspensão e da extinção do processo, julgue os itens a seguir.

Quando da extinção do processo, o pronunciamento judicial se dará por sentença.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença / Procedimento comum: Disposições Gerais

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q151.

Julgue os itens seguintes, relativos a atos processuais, mandado de segurança e processo de execução.

Situação hipotética: Ao ser demandado em uma ação de conhecimento de obrigação de pagar, Pedro foi validamente citado por edital, tendo sido sua defesa patrocinada pela curadoria de ausentes da defensoria pública local, que apresentou contestação por negativa geral. A sentença julgou a ação procedente e, após o trânsito desta em julgado, a parte autora iniciou a fase de cumprimento da sentença. **Assertiva:** Nessa situação, é desnecessária nova intimação de Pedro para cumprir a sentença, bastando, para dar continuidade ao processo, a intimação da curadoria de ausentes.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Processual Civil / Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença / Petição inicial

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q152.

Acerca do procedimento comum, julgue os itens que se seguem.

Quando for dispensável a fase instrutória e o pedido contrariar súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, o juiz poderá julgar liminarmente improcedente o pedido, mesmo sem a citação do réu.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual Civil / Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença / Improcedência liminar do pedido

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q153.

Julgue os itens subsequentes, relativos à improcedência liminar do pedido e ao cumprimento de sentença.

Contra a decisão que julgue liminarmente improcedente o pedido do autor por contrariar acórdão do Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos caberá recurso de agravo de instrumento cujo prazo é de quinze dias.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual Civil / Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença / Contestação, reconvenção e revellia

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q154.

A respeito das regras do atual Código de Processo Civil acerca da resposta do réu, julgue os itens que se seguem.

A reconvenção, incidente processual no qual o réu apresenta pretensão conexa com a ação principal contra o autor, deve ser instrumentalizada em petição avulsa e pode ser apresentada a qualquer tempo.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual Civil / Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença / Provas

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q155.

Acerca do procedimento comum, julgue os itens que se seguem.

Por ser matéria de ordem pública, a distribuição diversa do ônus da prova não é possível por convenção das partes.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sentença e coisa julgada / Cumprimento da sentença

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q156.

Julgue os itens subsequentes, relativos à improcedência liminar do pedido e ao cumprimento de sentença.

Compete ao juízo cível processar o cumprimento de sentença penal condenatória e de sentença arbitral que reconheçam a obrigação de pagar quantia. Tais processos sujeitam-se a distribuição e podem ser impugnados pelos executados nos mesmos moldes das sentenças condenatórias provenientes do juízo cível.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sentença e coisa julgada / Disposições Gerais

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q157.

Acerca do valor da causa, da tutela provisória, do Ministério Público, da advocacia pública, da defensoria pública e da coisa julgada, julgue os itens subsequentes.

A eficácia subjetiva da coisa julgada formada em ação coletiva de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos seus associados, somente alcançará os seus filiados residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador se estes tiverem a condição de filiado até a data da propositura da demanda.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Sentença e coisa julgada / Liquidação

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q158.

Julgue os itens a seguir, considerando as regras do atual Código de Processo Civil acerca das sentenças e dos recursos.

Em atenção à coisa julgada, a sentença terminativa impede que a parte autora proponha novamente a ação.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processos de execucao

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q159.

Julgue os itens seguintes, relativos a atos processuais, mandado de segurança e processo de execucao.

Situacao hipotética: Maria é ré em uma execucao de título extrajudicial. Nesses autos, um apartamento foi penhorado. Para manter o bem, Maria, por meio de seu advogado, requereu a substituicao da penhora por fianca bancária no valor equivalente ao débito executado acrescido de 30%. **Assertiva:** Nessa situacao, o pleito de Maria pode ser indeferido pelo juiz, mesmo sem a intimacao do exequente, por não terem sido cumpridos todos os requisitos legais para a substituicao perseguida.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Processos nos tribunais e meios de impugnacao das decisoes judiciais

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q160.

Acerca do valor da causa, da tutela provisória, do Ministério Público, da advocacia pública, da defensoria pública e da coisa julgada, julgue os itens subsequentes.

Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a ação rescisória é autônoma em relação à demanda originária cuja sentença se busque desconstituir, de sorte que, havendo manifesta incompatibilidade entre o valor atribuído à ação de origem e o benefício econômico pretendido na rescisória, deve prevalecer este último.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Mandado de segurança

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q161.

A respeito da repercussão geral da questão constitucional e do mandado de segurança, julgue os itens que se seguem.

Situacao hipotética: Determinado juiz indeferiu mandado de segurança por verificar que o pedido visava impugnar ato praticado pelo presidente do STM, estando tal ato sujeito a recurso administrativo com efeito suspensivo. **Assertiva:** Nessa situacao, agiu corretamente o juiz.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Ação popular

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q162.

Julgue os itens subsequentes, relativos à improcedência liminar do pedido e ao cumprimento de sentença.

Situação hipotética: Um ente do poder público federal firmou contrato de concessão de serviço de transporte de passageiro interestadual com uma empresa privada em desobediência às regras que exigem concorrência pública. **Assertiva:** Nesse caso, segundo interpretação do Superior Tribunal Federal, uma pessoa jurídica de direito privado que atue no ramo e que demonstre ter interesse em explorar tal serviço terá legitimidade ativa para propor ação popular com o fim de obter a declaração de nulidade do referido contrato de concessão.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Ação civil pública

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q163.

Julgue os itens subsequentes, relativos à improcedência liminar do pedido e ao cumprimento de sentença.

Situação hipotética: A defensoria pública ingressou em juízo com uma ação civil pública contra empresa privada que praticava ato lesivo ao meio ambiente e à ordem urbanística de determinado ente federativo. **Assertiva:** Nesse caso, a defensoria pública poderia requerer a condenação da empresa requerida ao pagamento em dinheiro em função dos danos provocados, e cumular a esse pedido a cessação dos atos lesivos, bem como o cumprimento de recuperação dos danos causados ao meio ambiente e à ordem urbanística.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Aplicação da lei penal

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q164.

A respeito da aplicação da lei penal, julgue os itens a seguir.

Situação hipotética: João cometeu crime permanente que teve início em fevereiro de 2011 e fim em dezembro desse mesmo ano. Em novembro de 2011, houve alteração legislativa que agravou a pena do crime por ele cometido. **Assertiva:** Nessa

situação, deve ser aplicada a lei que prevê pena mais benéfica em atenção ao princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Princípios da legalidade e da anterioridade

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TJ/DFT / 2015 / CESPE

Q165.

Em relação à aplicação, à interpretação e à integração da lei penal, julgue os itens seguintes.

O instituto da abolitio criminis refere-se à supressão da conduta criminosa nos aspectos formal e material, enquanto o princípio da continuidade normativo-típica refere-se apenas à supressão formal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / O fato típico e seus elementos / Crime consumado e tentado; Pena da tentativa

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q166.

Julgue os próximos itens, relativos ao instituto da tentativa.

Crime culposo não admite tentativa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / O fato típico e seus elementos / Concurso de crimes

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q167.

Acerca dos institutos do erro de tipo, do erro de proibição e do concurso de pessoas, julgue os itens subsequentes.

Inexiste, no ordenamento jurídico, a possibilidade de as condições e circunstâncias de caráter pessoal de um agente se comunicarem com as de outro agente que seja coautor de um crime.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / O fato típico e seus elementos / Ilícitude e causas de exclusão; Excesso punível; Culpabilidade

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q168.

Com referência à lei penal no tempo, ao erro jurídico-penal, ao concurso de agentes e aos sujeitos da infração penal, julgue os itens que se seguem.

Para a punição de um partícipe que colabore com a conduta delituosa, é preciso que o fato principal seja típico, ilícito, culpável e punível.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Imputabilidade penal

Fonte: CARGO 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q169.

Julgue os itens que se seguem, relativos à imputabilidade penal.

Pessoas doentes mentais, que tenham dezoito ou mais anos de idade, mesmo que sejam inteiramente incapazes de entender o caráter ilícito da conduta criminosa ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, são penalmente imputáveis.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Concurso de pessoas

Fonte: INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA / TCE/RN / 2015 / CESPE

Q170.

Acerca do concurso de pessoas e dos princípios de direito penal, julgue os itens seguintes.

No concurso de pessoas, o auxílio prestado ao agente, quando não iniciada a execução do crime, é passível de punição.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes contra a pessoa

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q171.

Com referência à lei penal no tempo, ao erro jurídico-penal, ao concurso de agentes e aos sujeitos da infração penal, julgue os itens que se seguem.

Situação hipotética: Um agente, com a livre intenção de matar desafeto seu, disparou na direção deste, mas atingiu fatalmente pessoa diversa, que se encontrava próxima ao seu alvo.

Assertiva: Nessa situação, configurou-se o erro sobre a pessoa

e o agente responderá criminalmente como se tivesse atingido a pessoa visada.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes contra o patrimônio

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q172.

Tendo como referência a jurisprudência sumulada dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir, acerca de crimes, penas, imputabilidade penal, aplicação da lei penal e institutos.

Na hipótese de tentativa de subtração patrimonial e morte consumada, o agente responderá pelo crime de latrocínio consumado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes contra a fé pública

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - PROCURADORIA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q173.

No que concerne aos crimes em espécie, julgue os itens seguintes.

Particular que apresentar em seu trabalho atestado médico falso, com assinatura e carimbo de médico inexistente, responderá pelo crime de falsidade ideológica, na modalidade do uso.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes contra a administração pública

Fonte: ANALISTA PORTUÁRIO III - ÁREA JURÍDICA / EMAP / 2018 / CESPE

Q174.

Julgue os itens seguintes, a respeito dos crimes contra a administração pública.

As condutas dos ilícitos de corrupção passiva e de corrupção ativa são bilaterais e, assim, a condenação do corrupto passivo está vinculada à condenação do corruptor ativo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas

Q175.

À luz da legislação pertinente e da jurisprudência consolidada nos tribunais superiores, julgue os próximos itens, relacionados a normas procedimentais no âmbito penal.

Segundo entendimento consagrado no STF, no processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos da carta precatória.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Disposições preliminares do Código de Processo Penal

Fonte: CARGO 8: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / STJ / 2018 / CESPE

Q176.

Com relação à aplicação e à eficácia temporal da lei processual penal, julgue os itens subsequentes.

Uma nova norma processual penal terá aplicação imediata somente aos fatos criminosos ocorridos após o início de sua vigência.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Inquérito policial

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q177.

Quanto ao inquérito policial, à ação penal, às regras de fixação de competência e às disposições processuais penais relacionadas aos meios de prova, julgue os itens a seguir.

A denúncia anônima de fatos graves, por si só, impõe a imediata instauração de inquérito policial, no âmbito do qual a autoridade policial deverá verificar se a notícia é materialmente verdadeira.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Ação penal

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q178.

Quanto ao inquérito policial, à ação penal, às regras de fixação de competência e às disposições processuais penais relacionadas aos meios de prova, julgue os itens a seguir.

No caso de crime de ação penal privada, a instauração de inquérito policial por força de requerimento formulado pelo ofendido no prazo legal não interromperá o prazo decadencial para o oferecimento da queixa-crime.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Competência

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q179.

Quanto ao inquérito policial, à ação penal, às regras de fixação de competência e às disposições processuais penais relacionadas aos meios de prova, julgue os itens a seguir.

A justiça federal será exclusivamente competente para o devido processo e julgamento da ação penal relativa a crime de concussão praticado por médico que tenha exigido benefício financeiro de paciente do Sistema Único de Saúde.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Prova

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q180.

Quanto ao inquérito policial, à ação penal, às regras de fixação de competência e às disposições processuais penais relacionadas aos meios de prova, julgue os itens a seguir.

Para provar a materialidade do crime de homicídio, é indispensável o laudo de exame cadavérico, que não poderá ser suprido pela confissão do acusado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica)

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q181.

Com relação às questões e aos processos incidentes, à interceptação telefônica e à prisão temporária, julgue os itens subsequentes.

A interceptação de comunicações telefônicas é admitida quando há indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal e não poderá exceder o prazo máximo de quinze dias, prorrogável uma única vez pelo mesmo período.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual Penal / Juiz, ministério público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça, atos de terceiros

Fonte: CARGO 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q182.

No que se refere aos tipos de prisão e aos meios processuais para assegurar a liberdade, julgue os seguintes itens.

Membro do Ministério Público não tem legitimidade ativa para impetrar habeas corpus, mesmo que constate alguma das hipóteses de ilegalidade na prisão do autor do delito.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual Penal / Prisão e liberdade provisória

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q183.

Julgue os seguintes itens, acerca do habeas corpus e de medidas coativas de prisão.

O juiz poderá converter a prisão preventiva em domiciliar em hipóteses como a de acusado maior de oitenta anos de idade ou cuja presença seja imprescindível aos cuidados de criança menor de seis anos de idade e a de acusada gestante a partir do sétimo mês de gravidez.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual Penal / Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária)

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q184.

Julgue os seguintes itens, acerca do habeas corpus e de medidas coativas de prisão.

Desde que ajuizada a queixa-crime, o ofendido ou querelante tem legitimidade para requerer à autoridade judiciária competente a decretação da prisão temporária do querelado.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual Penal / Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/RJ / 2012 / CESPE

Q185.

Em relação ao habeas corpus e ao processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, julgue os próximos itens.

Ao julgar processos que discutam crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, o juiz deverá rejeitar a denúncia, em despacho fundamentado, se estiver convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Habeas corpus e seu processo

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q186.

Julgue os seguintes itens, acerca do habeas corpus e de medidas coativas de prisão.

Não se admite a impetração de habeas corpus para atacar sentença cuja condenação se tenha limitado a pena de natureza pecuniária.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal Militar / Aplicação da lei penal militar

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / STM / 2011 / CESPE

Q187.

Com relação ao direito penal militar, julgue os itens de 66 a 70 à luz do Código Penal Militar (CPM).

Considere que um militar em atividade se ausente de sua unidade por período superior a quinze dias, sem a devida autorização, sendo que, no decorrer de sua ausência, lei nova, mais severa e redefinindo o crime de deserção, entre em vigor. Nessa situação, será aplicada a lei referente ao momento da conduta de se ausentar sem autorização, porquanto o CPM determina o tempo do crime de acordo com a teoria da atividade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal Militar / Crime

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q188.

À luz do Código Penal Militar, julgue os itens a seguir, no que diz respeito a aplicação da lei penal, imputabilidade penal, crime e extinção da punibilidade.

Situação hipotética: Durante operação conjunta das Forças Armadas, um sargento danificou patrimônio militar. Em sua defesa, ele argumentou que agiu em estado de necessidade, não tendo podido, por esta razão, evitar o dano causado.

Assertiva: Nessa situação, o estado de necessidade, se comprovado, será considerado excludente do crime, independentemente da valoração do bem sacrificado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal Militar / Imputabilidade Penal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q189.

À luz do Código Penal Militar, julgue os itens a seguir, no que diz respeito a aplicação da lei penal, imputabilidade penal, crime e extinção da punibilidade.

Situação hipotética: Um cabo das Forças Armadas escalado para serviço na organização militar a que servia compareceu e assumiu a incumbência em estado de embriaguez, tendo ingerido, voluntariamente, grande quantidade de bebida alcoólica momentos antes de se apresentar no serviço. Todavia, seu estado não foi notado, e, nas primeiras horas da atividade, ao discutir com um militar que também estava em serviço, disparou sua arma de fogo na direção deste, matando-o instantaneamente. **Assertiva:** Nessa situação, será considerado inimputável o cabo, se ficar comprovado que, naquele momento, sua embriaguez era completa e que ele era plenamente incapaz de entender o caráter criminoso do fato.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal Militar / Concurso de agentes

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDATOS / STM / 2011 / CESPE

Q190.

Ainda com relação ao direito penal militar, julgue os seguintes itens.

Considerando-se que, em relação ao concurso de agentes, o CPM possui disciplinamento singular, entendendo o "cabeça" como o líder na prática de determinados crimes, é correto afirmar que, havendo participação de oficiais em crime militar, ainda que de menor importância, para todos os efeitos penais, eles devem ser considerados como "cabeças".

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal Militar / Penas principais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / STM / 2011 / CESPE

Q191.

Com relação ao direito penal militar, julgue os itens de 66 a 70 à luz do Código Penal Militar (CPM).

Se, no distrito da culpa de militar condenado, por crime militar, ao cumprimento de pena privativa de liberdade de oito anos de reclusão, não houver penitenciária militar, a execução da pena deverá ocorrer em estabelecimento civil comum, ficando a sua execução a cargo do juízo de execuções penais, sob a égide da legislação penal comum.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal Militar / Ação penal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDATOS / STM / 2011 / CESPE

Q192.

Ainda com relação ao direito penal militar, julgue os seguintes itens.

No sistema penal militar, a ação penal deve ser, via de regra, pública incondicionada, salvo em relação a determinados crimes, previstos de forma expressa e excepcional, que impõem a observância da requisição ministerial; admite-se, ainda, a ação penal privada subsidiária da pública.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal Militar / Extinção da punibilidade

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q193.

À luz do Código Penal Militar, julgue os itens a seguir, no que diz respeito a aplicação da lei penal, imputabilidade penal, crime e extinção da punibilidade.

Situação hipotética: O oficial encarregado pelo setor financeiro de determinada organização militar foi indiciado em inquérito policial militar, por suspeita de ter cometido dolosamente crime de peculato. No curso da investigação, ele assumiu a autoria do que lhe estava sendo imputado e ressarciu integralmente o dano. **Assertiva:** Nessa situação, o indiciado não poderá ser denunciado, pois o ressarcimento realizado configurou a extinção da punibilidade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal Militar / Crimes militares em tempo de paz

Fonte: ANALISTA DO MPU - DIREITO / MPU / 2013 / CESPE

Q194.

Julgue os itens seguintes, relativos ao direito penal militar.

Considere que militares do Exército brasileiro, reunidos em alojamento militar, tenham criado uma coreografia ao som de uma versão funk do Hino Nacional, além de terem filmado a dança e divulgado o vídeo na Internet. Nessa situação, segundo entendimento do Superior Tribunal Militar, a conduta dos militares não constitui crime de desrespeito a símbolo nacional, devendo ser tratada, na esfera disciplinar, como brincadeira desrespeitosa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal Militar / Crimes contra a autoridade ou disciplina militar

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q195.

A respeito dos crimes militares em tempo de paz, julgue os itens subsequentes.

Situação hipotética: Durante a formatura em determinada unidade militar, na presença da tropa, um sargento desacatou o comandante da subunidade a qual pertencia.

Assertiva: Nessa situação, a pena prevista para o crime de desacato a superior será agravada em razão da pessoa ofendida.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal Militar / Crimes contra o serviço e o dever militar

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q196.

A respeito dos crimes militares em tempo de paz, julgue os itens subsequentes.

Comete crime propriamente militar o cidadão alistado para o serviço militar que, convocado à incorporação, apresenta-se dentro do prazo, mas ausenta-se antes do ato oficial de incorporação.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal Militar / Processo Penal Militar e sua aplicação

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q197.

Com relação à competência da justiça militar federal, a medidas preventivas e assecuratórias e a citação, intimação e notificação, julgue os itens subsequentes, considerando as disposições do Código de Processo Penal Militar.

No âmbito da justiça militar da União, não há previsão para a citação na modalidade por hora certa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal Militar / Polícia judiciária militar

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q198.

À luz do Código de Processo Penal Militar, julgue os itens a seguir, com relação à polícia judiciária militar, à ação penal militar e seu exercício, ao juiz e à denúncia.

As atribuições de polícia judiciária militar são indelegáveis aos oficiais da reserva remunerada.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal Militar / Inquérito policial militar

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDATOS / STM / 2011 / CESPE

Q199.

Com base no Código de Processo Penal Militar (CPPM), julgue os próximos itens.

O inquérito policial militar (IPM) caracteriza-se por exigir sigilo absoluto, previsto de forma expressa no CPPM, de modo que, veda-se ao advogado e ao investigado o acesso aos autos do procedimento investigatório.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal Militar / Ação penal militar e seu exercício

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q200.

À luz do Código de Processo Penal Militar, julgue os itens a seguir, com relação à polícia judiciária militar, à ação penal militar e seu exercício, ao juiz e à denúncia.

Situação hipotética: Em determinada unidade, o comandante instaurou inquérito policial militar para apurar possível crime de prevaricação cometido por um oficial que lá servia. Ao receber os autos do inquérito, o Ministério Público Militar promoveu o seu arquivamento, sob o fundamento de que a materialidade do delito não foi comprovada. **Assertiva:** Nessa situação, será incabível a propositura de ação penal privada subsidiária da pública.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual Penal Militar / Processo

Fonte: ANALISTA DO MPU - DIREITO / MPU / 2013 / CESPE

Q201.

Com base no direito processual penal militar, julgue os itens que se seguem.

Segundo o entendimento do STF, a qualificação de militar é elemento estrutural do tipo penal de deserção, de forma que a ausência desse requisito impede o processamento do feito.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual Penal Militar / Juiz, auxiliares e partes do processo

Fonte: ANALISTA DO MPU - DIREITO / MPU / 2013 / CESPE

Q202.

Com base no direito processual penal militar, julgue os itens que se seguem.

Considere que determinado militar tenha sido vítima de crime de lesão corporal e que a correspondente ação penal militar contra o autor do ilícito esteja em curso. Nessa situação, somente o militar ofendido, seu representante legal ou seu sucessor podem habilitar-se a intervir no processo como assistentes do MP.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual Penal Militar / Denúncia

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q203.

À luz do Código de Processo Penal Militar, julgue os itens a seguir, com relação à polícia judiciária militar, à ação penal militar e seu exercício, ao juiz e à denúncia.

Situação hipotética: O Ministério Público Militar ofereceu denúncia em desfavor de um oficial das Forças Armadas. Todavia, o crime prescreveu. **Assertiva:** Nessa situação, o juiz deverá receber a denúncia e declarar, de ofício, extinta a punibilidade, independentemente da oitiva do órgão ministerial.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual Penal Militar / Competência da Justiça Militar da União

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / STM / 2011 / CESPE

Q204.

Com relação às normas processuais penais militares e à sua aplicação, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um processo foi instaurado perante a Circunscrição Judiciária Militar de Curitiba, contra várias pessoas, entre elas um coronel da Aeronáutica da ativa. Diante da impossibilidade de compor o conselho especial, devido à inexistência de oficiais em número suficiente, foi concedido pelo STM o desaforamento do processo para circunscrição judiciária militar de outro estado. Todavia, no decorrer da instrução, o coronel foi excluído do processo por força de habeas corpus e outro correu excepcionou a competência da circunscrição judiciária, sob o argumento de haver cessado o motivo do desaforamento. Nessa situação, continua competente o juízo que recebeu o processo desaforado, mesmo que a exclusão de um dos acusados possibilite a composição do conselho de justiça no juízo militar de origem.

- CERTO
- ERRADO